

## **“O Nordeste não tem estratégia comum de desenvolvimento”, afirma ministro de Dilma :: Claudia Eloi (Diário de Pernambuco, em 27.05.2015)**

O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, se encontra hoje com o governador Paulo Câmara (PSB), no Palácio das Princesas, trazendo na bagagem proposta de novo modelo de desenvolvimento do Nordeste. Uma delas está diretamente ligada à qualificação no ensino básico, com a adoção de escolas de ensino médio que combine ensino geral com o técnico. Leia a seguir entrevista do ministro ao Diário de Pernambuco.

Qual o objetivo de sua visita a Pernambuco?

Visitarei o governador Paulo Câmara. Nosso objetivo é trabalhar em prol da retomada de projetos estratégicos para o Nordeste como a linha de frente do novo modelo nacional de desenvolvimento. Esta é uma tarefa a que me dediquei no final do meu período no governo Lula e ficou interrompida, mas estou determinado a retomá-la com mais força. Tenho a convicção que pode ser um objeto de vanguarda da nossa estratégia nacional de desenvolvimento.

Além de Pernambuco, o senhor viajou por outros estados para apresentar essa nova proposta?

Já visitei o Maranhão e Piauí e participei do último fórum de governadores, em Natal. E agora vou continuar visitando cada um dos estados nordestinos. A minha concepção é que o Nordeste não tem estratégia desde a época de Celso Furtado. Há grandes avanços na região, há uma criatividade assombrosa, uma mudança da cultura política, um empreendedorismo emergente, vibrante, mas não há estratégia. Nesse vazio, o que tem prevalecido na região é a combinação de duas ilusões. Uma são ações de escala artesanal, sobretudo no Semiárido que ocupa as pessoas hoje sem abrir caminho. A outra ilusão é o fascínio por grandes obras no litoral em grandes empreendimentos, como refinarias no litoral que não criam cadeias produtivas em volta. Essa combinação de ilusões faz as vezes do projeto que o Nordeste não tem. Nesse vazio de projetos há o perigo de buscar incentivos e subsídios. Eles são necessários, mas só como meios e não como fins. Eles são meios de uma estratégia que precisam ser construídas.

Como resolver a questão?

Minha tese nas discussões com os governos nordestinos é que precisamos partir de uma outra concepção da política regional. A política regional não é para ser de compensações para o

atraso. Tem que identificar e acalentar vanguardas e vanguardismos de alternativas para o país. Como, por exemplo, os empreendedores emergentes do Semiárido nordestino.

Quando fala que Pernambuco não deve ficar só nos grandes empreendimentos como a refinaria, o senhor chegou a conhecer?

Não dessa vez, mas nas visitas anteriores. Estou agora nos primeiros passos dessa tentativa de esforço de fazer um projeto para o Nordeste. A minha convicção é que ele deve tomar como ponto de partida as duas forças construtivas que já atuam na região. Uma delas é esse empreendedorismo vigoroso, emergente que a gente vê no Nordeste, sobretudo no Semiárido. A outra força é a tecnológica popular de grande criatividade, mas orfã de instrumento de acesso a práticas avançadas a capital domésticos e mundiais.

O senhor fala com entusiasmo do polo de confecções de Toritama de Pernambuco como forma de investir nas vocações regionais.

Na minha passagem anterior por lá estudei todo o complexo em torno de Toritama. Fiquei maravilhado. Vi todas as formas de produção do Ocidente do século 17 ao 21 numa anarquia produtiva que existe. Se conseguirmos juntar essa energia humana com uma organização que a qualifique, que facilite o acesso ao capital, a tecnologia e aos mercados domésticos vamos ter uma revolução produtivista.

O senhor tem falado em mudanças no ensino básico com a inclusão de cursos técnicos. Como aconteceria na prática?

Minha crítica é quando ao ensino médio. Uma escola secundária que combine uma orientação geral analítica sem enciclopedismo ou decoreba e focalize as vocações práticas, genéricas e criativas. Não é separar o ensino geral, do técnico, mas reuni-lo. Também é necessário construir uma política social de sentido capacitador. Já existe os programas das bolsas (do governo federal), que tiveram grande efeito. É preciso resgatar política sociais para os que deixaram a pobreza e estão na linha emergente. Não é criticar o programa das bolsas, que resgatou milhões de pessoas da pobreza e tem tido efeitos benéficos no Nordeste. Mas precisamos acrescentar a esses programas uma segunda leva de programas especificamente destinados aqueles que chamamos de emergentes e batalhadores. Os que já deixaram de ser beneficiários dos programas sociais ou que estão às vésperas de deixar de ter e que precisam de acesso ao mercado de trabalho como o ensino técnico, mas também ter acesso aos instrumentos da atividade econômica, ao crédito e a tecnologia.

O senhor defendeu em recente entrevista uma ação conjunta dos governadores do Nordeste para ligar o marco tributário e regulatório da atividade produtiva. Explique melhor.

É necessário nova forma de atuação. Um exemplo é o programa de licenciamento ambiental, que é o pesadelo para os produtores em todo o país, inclusive no Nordeste. A dificuldade que

enfrentamos não é por direito ambiental, mas é que ele é um direito em larga escala vazia. Não define regras. Precisamos criar regras, o arcabouço jurídico da atividade produtiva. Outro exemplo é o regime tributário, que insufla a guerra fiscal entre os estados e cria situações desfavoráveis em região como o Nordeste, que em larga medida é consumidora de produtos industriais. É claro que o Nordeste não pode por si só mudar o regime tributário do país, mas a região pode, dentro da federação, ajudar a liderar uma articulação majoritária dos estados federados em favor de uma mudança tributária que acabe com esse males.

O senhor defende a volta da Sudene num novo formato?

Defendo a criação de instituições que sirvam como coordenadoras dessas iniciativas estratégicas. Seria importante resgatar a Sudene e transformá-la de fato na coordenadora dessas ações na ponta. De outro lado, tenho proposto aos governadores nordestinos que criem instituições que estejam sobre o controle dos governos do Nordeste. Todas as instituições que tratam da política nordestina como a própria Sudene, a Codevasf, o Banco do Nordeste, e em certo sentido, o próprio Ministério da Integração, são organizações federais. O Nordeste não conta com uma instituição ou instituições que sirvam de veículos de federalismo cooperativo horizontal, de uma ação conjunta dos próprios estados Nordestinos.

Como seria essa volta da Sudene?

O Nordeste tem que ser soerguido pelo Nordeste. Tem que ter estratégia para a região. Não tem que buscar sua salvação em Brasília. O governo federal tem responsabilidades. A primeira responsabilidade do Nordeste é criar uma estratégia. A Sudene não deve a base autoritária de uma estratégia deliberada pelo governo federal e imposta ao Nordeste. Por outro lado, não deve parecer um balcão para buscar apoio para iniciativas desconexas, ainda que sejam exitosas. O Nordeste deve ser o agente coordenador na ponta da base da iniciativa que resulte nessa estratégia. Minha proposta é que além da Sudene, os governos criem outra entidade sob o controle deles.

O senhor afirma que apesar do Nordeste ser uma região importante para o país, não tem uma estratégia comum de desenvolvimento.

Estou comprometido com esse trabalho, não só porque o Nordeste é tão importante dentro do Brasil, é quase 30% da população brasileira, mas também porque vejo na região muitas das qualidades que são necessárias para novas estratégias nacional de desenvolvimento. Estamos tentando construir no Brasil uma estratégia baseada em ampliação de capacitações ocupacionais e oportunidades econômicas. Uma democratização da economia do lado da oferta e não apenas do lado da demanda. Essa tarefa exige inovações institucionais. O Nordeste tem criatividade, tem dinamismo humano, tem energia empreendedora, tem capital social. Mas ainda não tem uma estratégia comum. Ajudar a construir essa estratégia em

colaboração não só com os governos nordestinos, mas com a sociedade é agora o meu objetivo.

Como falar em melhoria na qualidade do ensino quando o governo federal corte R\$ 9 bilhões para a educação?

Não concordo. Os cortes são em programas como o Fies e Pronatec. São cortes difíceis, mas necessários no contexto do ajuste fiscal. Esses cortes de nenhuma maneira inviabilizam o nosso projeto prioritário, que é qualificação do ensino básico, a mudança de qualidade. Em primeiro lugar, os cortes são de curto prazo e temporário e o projeto da qualificação do ensino básico é de médio e longo prazo. Vivemos no Brasil uma onda de ampliação do acesso que permitiu grandes avanços, agora essa onda de ampliação do acesso precisa ser substituída por uma onda de melhora da qualidade. Muitas iniciativas do Projeto Pátria Educadora não são dinheiro, são iniciativas normativas. Um delas é organização do novo currículo nacional, a base nacional, como consequências de competências analíticas. O segundo exemplo é o desenho do federalismo cooperativo na educação. Isso não tem nada a ver com dinheiro. Isso é desenho institucional. Nós estamos acostumadas no Brasil a fazer tudo com dinheiro. A verdade é que as ideias estão mais escassas do que dinheiro.

Num estado onde o governo não implanta o piso nacional o senhor não acha que fica difícil para o professor assimilar esse novo projeto? Os governadores não têm que fazer o dever de casa?

É natural que os governos procurem subsídios e incentivos do governo federal. A restrição desses subsídios não pode servir como uma razão para abandonar a construção de uma estratégia organizante no Nordeste. Pelo contrário, a história moderna demonstra que os períodos em que a liquidez diminuiu no mundo foram justamente os períodos das grandes inovações institucionais. A limitação do capital em vez de anular a iniciativa pode estimular a iniciativa se o conteúdo da iniciativa é a mudança estrutural. Da mesma maneira é com a educação. O fato de termos temporariamente de conter os investimentos em programas que ampliam o acesso não é razão para abandonar projetos destinados a aumentar a qualidade. Temos muito ainda a fazer em matéria de ampliação do acesso, mas agora não podemos focar somente no acesso. A qualidade no ensino básico no Brasil é incompatível com o desenvolvimento do país. Não temos nenhuma razão para esperar a travessia do ajuste fiscal para começar a construir um projeto audacioso de qualificação na educação básica.